

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES				
ÓRGÃO:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA DO PARÁ			
UASG:	932156			
CONTRATAÇÃO	SOLUÇÃO PARA A NECESSIDADE DE AMBULÂNCIAS TIPO "A", E MOTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL I SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.			
PROCESSO Nº:	90015/2025			

1. Informa	ções básicas -	Processo	Administrativo

29.08.2025.002/PMCP

2. Descrição da necessidade da contratação (problema a ser resolvido)*.

- 2.1. A presente contratação tem por objetivo solucionar deficiências operacionais e logísticas atualmente enfrentadas pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) e pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças (SEMAF) do Município de Concórdia do Pará, decorrentes da insuficiência, obsolescência e inadequação da frota de veículos existente.
- 2.2. Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS)
- 2.3. A Secretaria de Saúde enfrenta graves limitações em sua capacidade de transporte sanitário, em razão do uso prolongado e desgaste natural das ambulâncias em operação, que frequentemente apresentam falhas mecânicas, elevado custo de manutenção e indisponibilidade temporária, comprometendo o atendimento regular da população.
- 2.4. Atualmente, o município conta com quatro veículos e há demanda crescente por remoções de pacientes, especialmente para unidades hospitalares regionais e estaduais, em virtude da ampliação dos serviços de atenção básica e do aumento do número de usuários do SUS. Em diversos casos, pacientes precisam aguardar transporte, o que gera atrasos nos atendimentos, riscos à integridade física e emocional dos enfermos e sobrecarga das equipes médicas.
- 2.5. Secretaria Municipal de Administração e Finanças (SEMAF)
- 2.6. A Secretaria de Administração e Finanças, responsável pelo suporte logístico e operacional aos diversos órgãos da Prefeitura, enfrenta limitações na execução de diligências externas, entregas e visitas técnicas, em virtude da ausência de veículos leves apropriados para deslocamentos rápidos e de baixo custo.
- 2.7. Atualmente, o deslocamento de servidores para atividades administrativas é realizado, muitas vezes, com veículos de grande porte ou compartilhados com outras secretarias, o que aumenta o custo operacional, gera ineficiência no uso da frota e retarda a execução de tarefas cotidianas.
- 2.8. A aquisição de motocicletas zero quilômetro representa uma solução eficiente, econômica e sustentável, adequada às necessidades de mobilidade da Secretaria, permitindo melhor gerenciamento das rotinas administrativas, redução de custos com combustível e manutenção, além de maior agilidade na execução de serviços públicos.



2.9. Síntese do Problema

Em síntese, a contratação é necessária para resolver a carência de veículos adequados às demandas essenciais das duas secretarias, promovendo:

- A renovação e modernização da frota municipal;
- A melhoria da capacidade de resposta da saúde pública em situações de transporte de pacientes;
- A eficiência logística e administrativa no âmbito da Prefeitura;
- A redução de custos operacionais e aumento da eficiência do gasto público.
- 2.10. Trata-se, portanto, de medida indispensável para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços públicos municipais, atendendo às finalidades institucionais da Administração e assegurando benefícios diretos à população de Concórdia do Pará.
- 2.11. O tipo de serviço é caracterizado como comum, pois suas especificações são usuais de mercado.

3. Área requisitante.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS – SEMAF

4. Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução.

- 4.1. A presente contratação foi cuidadosamente delineada à luz de critérios técnicos, administrativos e normativos, que asseguram racionalidade, eficiência e supremacia do interesse público na escolha da solução mais adequada às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) e da Secretaria Municipal de Administração e Finanças (SEMAF) do Município de Concórdia do Pará.
- 4.2. Trata-se de medida que conjuga planejamento responsável e rigor técnico, de modo a garantir que os bens a serem adquiridos reúnam requisitos indispensáveis e suficientes à execução das atividades essenciais das respectivas pastas, maximizando o retorno social dos recursos públicos empregados e promovendo a continuidade e modernização dos serviços municipais.
- 4.3. Requisitos Técnicos e Funcionais Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS)

A escolha pela aquisição de ambulâncias tipo A – simples remoção, modelo pick-up adaptada resulta da necessidade de dotar o sistema municipal de saúde de veículos modernos, seguros e adequados às normas sanitárias e de transporte assistencial. Para tanto, foram observados os seguintes requisitos técnicos, considerados indispensáveis à plena consecução da finalidade pública:

- Requisitos estruturais e de desempenho: veículos zero quilômetro, carroceria tipo pick-up, cabine simples ou dupla, motorização compatível com o transporte de equipamentos e pacientes, sistema de climatização eficiente e revestimento interno lavável, conforme exigências da Resolução RDC nº 50/2002 da ANVISA e da Resolução CONTRAN nº 799/2020.
- Equipamentos obrigatórios e de segurança: macas retráteis, suportes de soro, bancos para acompanhantes, compartimento para materiais, iluminação interna adequada, sinalização sonora e visual de emergência, extintor de incêndio, rádio comunicador e dispositivos de segurança e ergonomia, garantindo conforto, higienização e segurança durante o transporte



de pacientes e equipes de saúde.

- Conformidade legal e regulatória: atendimento integral às normas da ANVISA, INMETRO e DENATRAN, com licenciamento regular e garantia mínima de 12 (doze) meses, assegurando regularidade técnica, rastreabilidade e confiabilidade operacional.
- Eficiência e sustentabilidade: veículos que proporcionem baixo custo de manutenção, consumo racional de combustível e maior disponibilidade operacional, contribuindo para a redução de gastos públicos e mitigação de impactos ambientais.

Tais requisitos são, pois, condições sine qua non para que a SEMUS disponha de instrumentos logísticos capazes de garantir o transporte humanizado, seguro e célere de pacientes, reafirmando o compromisso da gestão municipal com a dignidade da pessoa humana e a efetividade do Sistema Único de Saúde.

- 4.4. Requisitos Técnicos e Funcionais Secretaria Municipal de Administração e Finanças (SEMAF)
 - Características técnicas essenciais: motocicletas com cilindrada mínima de 149 cc, motor flex ou gasolina, freios eficientes (preferencialmente ABS), baixa emissão de poluentes, baixo consumo de combustível e capacidade de carga compatível com o transporte de pequenos volumes e documentos administrativos.
 - Adequação funcional: veículos destinados a atividades administrativas, diligências externas, visitas técnicas e apoio logístico às secretarias, com foco em agilidade, autonomia e economia de deslocamento.
 - Regularidade documental e segurança: fornecimento de veículos devidamente emplacados, licenciados e com garantia mínima de 12 (doze) meses, obedecendo integralmente à legislação de trânsito vigente, aos padrões de segurança e ao controle patrimonial da Administração.
 - Eficiência e custo-benefício: a escolha pela motocicleta como meio de transporte institucional baseia-se na racionalização do gasto público, pela significativa redução de despesas com combustível, manutenção e tempo de execução de tarefas, sem prejuízo da qualidade dos serviços prestados.
- 4.5. Requisitos Comuns e Suficientes à Solução Adotada

Os elementos técnicos e funcionais delineados demonstram que a solução escolhida reúne, de forma harmônica, os atributos de adequação, suficiência e vantajosidade exigidos pela boa gestão pública. São requisitos comuns e essenciais:

- Aquisição de veículos novos, originais de fábrica, de primeiro uso e com plena garantia do fabricante;
- Compatibilidade técnica com as atribuições finalísticas das Secretarias demandantes;
- Atendimento integral às normas legais, sanitárias e de segurança veicular;
- Durabilidade, eficiência operacional e sustentabilidade econômica e ambiental;
- Conformidade com o planejamento estratégico municipal e com os princípios norteadores da nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021).

Em síntese, os requisitos ora apresentados foram definidos sob o prisma da técnica, da economicidade e da legalidade, traduzindo-se em um conjunto de condições necessárias e suficientes



para assegurar que a solução eleita proporcione melhor relação custo-benefício, efetividade dos serviços públicos e fortalecimento da gestão municipal.

A opção pela presente solução não se trata, pois, de mera aquisição de bens, mas de uma estratégia administrativa inteligente e sustentável, que visa à modernização da frota pública, à eficiência da máquina administrativa e à melhoria concreta da prestação de serviços à população de Concórdia do Pará.

5. Levantamento de mercado (prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções).

- 5.1. O levantamento de mercado, etapa essencial da fase preparatória da contratação, teve por finalidade identificar, comparar e avaliar as alternativas existentes capazes de atender às necessidades funcionais e operacionais da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) e da Secretaria Municipal de Administração e Finanças (SEMAF), de forma eficiente, econômica e tecnicamente adequada, conforme o disposto nos arts. 18 e 40 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nas boas práticas de gestão pública preconizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).
- 5.2. Foram realizadas consultas de mercado e pesquisas exploratórias junto a portais públicos de compras governamentais, bases de preços de referência, fornecedores especializados e editais similares disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), além de consultas a sites de concessionárias e empresas do setor automotivo, a fim de obter referências técnicas, de preços e modelos disponíveis no mercado nacional.
- 5.2.1. Manutenção da frota existente:
- a) A primeira hipótese avaliada foi a continuidade da utilização das ambulâncias atualmente disponíveis. Entretanto, essa alternativa mostrou-se inviável técnica e economicamente, diante do avançado estado de desgaste dos veículos e alta quilometragem (acima de 300 mil), do alto custo de manutenção corretiva e preventiva, e da baixa confiabilidade operacional. Ademais, a indisponibilidade frequente de veículos impacta diretamente na prestação dos serviços de remoção de pacientes, configurando risco à saúde pública e à eficiência do serviço.
- b) Locação de ambulâncias:

A segunda alternativa estudada consistiu na locação de veículos adaptados para transporte sanitário. Todavia, verificou-se que os custos mensais de locação seriam significativamente superiores ao valor de aquisição em médio prazo, além de não gerar patrimônio ao Município, o que contraria o princípio da economicidade, e o município possui ata de registro de preços vigente. Ademais, a locação impõe limitações contratuais e de disponibilidade de veículos específicos (tipo A), tornando-se pouco vantajosa financeiramente.

c) Aquisição de ambulâncias novas (solução adotada):

A terceira alternativa, e a que se mostrou mais viável e vantajosa, foi a aquisição de 02 (duas) ambulâncias tipo A – simples remoção, modelo pick-up adaptada, zero quilômetro, conforme padrões técnicos da ANVISA, do CONTRAN e do INMETRO. Essa opção assegura longevidade operacional, padronização da frota, redução de custos de manutenção e maior eficiência no transporte de pacientes, além de fortalecer a infraestrutura logística da rede municipal de saúde.

Conclusão para SEMUS:

A análise comparativa demonstrou que a aquisição direta de veículos novos, mediante pregão eletrônico com registro de preços, representa a solução mais eficiente, duradoura e economicamente vantajosa, atendendo integralmente às demandas de transporte assistencial da Secretaria Municipal



de Saúde.

- 2. Alternativas Consideradas para a Secretaria Municipal de Administração e Finanças (SEMAF)
- a) Utilização de veículos existentes de maior porte:

A hipótese inicial de utilizar automóveis já pertencentes à frota municipal mostrou-se ineficiente e dispendiosa, uma vez que esses veículos apresentam custos elevados de combustível e manutenção, sendo inadequados para tarefas rotineiras de curta distância e baixa carga.

b) Terceirização de serviços administrativos e logísticos:

Considerou-se, também, a terceirização parcial de serviços de apoio e transporte administrativo, porém esta opção foi rejeitada por implicar custos fixos mais altos, dependência de contratos de longa duração e menor flexibilidade operacional, além de contrariar a política de racionalização de gastos adotada pela Administração.

c) Aquisição de motocicletas zero quilômetro (solução adotada):

A solução mais eficiente, econômica e sustentável revelou-se a aquisição de 02 (duas) motocicletas zero quilômetro, de baixo consumo e fácil manutenção, destinadas ao deslocamento de servidores em atividades administrativas externas, entrega de documentos, fiscalizações e apoio técnico. Essa alternativa oferece agilidade, autonomia e significativa redução de custos operacionais, além de permitir o uso compartilhado entre setores administrativos, otimizando os recursos disponíveis.

Conclusão para SEMAF:

A aquisição de motocicletas novas constitui a solução técnica mais adequada e financeiramente vantajosa, permitindo melhor mobilidade, eficiência e economia na execução das tarefas administrativas cotidianas.

3. Síntese do Levantamento e Justificativa da Solução Adotada

Com base nas informações coletadas e nas análises comparativas realizadas, conclui-se que:

A aquisição de veículos novos é a única solução que atende plenamente aos requisitos técnicos, operacionais, sanitários e legais das duas Secretarias;

As alternativas de locação ou manutenção da frota existente são onerosas, ineficientes e de baixa durabilidade:

O Sistema de Registro de Preços (SRP), modalidade escolhida, proporciona flexibilidade e planejamento financeiro, permitindo que o Município adquira os veículos conforme disponibilidade orçamentária e necessidade efetiva, sem comprometer o equilíbrio fiscal;

A contratação está alinhada às diretrizes de gestão pública responsável, prevista no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, e observou as melhores práticas de governança, planejamento e transparência recomendadas pelos órgãos de controle.

Em suma, a prospecção de mercado demonstrou que a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, econômico e funcional é a aquisição de 02 ambulâncias tipo A e 02 motocicletas zero quilômetro, mediante pregão eletrônico para registro de preços, garantindo à Administração Municipal eficiência operacional, racionalidade do gasto público e modernização da frota veicular — elementos indispensáveis à boa governança e à prestação de serviços públicos de qualidade à população de Concórdia do Pará.



6. Descrição da solução, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução*.

- 6.1. A solução definida para o atendimento da presente demanda consiste na aquisição de veículos automotores novos, zero quilômetro, sendo 02 (duas) ambulâncias tipo A simples remoção, modelo pick-up adaptada, destinadas à Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), e 02 (duas) motocicletas zero quilômetro, destinadas à Secretaria Municipal de Administração e Finanças (SEMAF), conforme especificações técnicas descritas no Termo de Referência e em consonância com os parâmetros legais e administrativos que regem as contratações públicas.
- 6.2. A escolha pela aquisição mediante Pregão Eletrônico para Registro de Preços, foi embasada em análise técnica e econômica detalhada, que considerou viabilidade operacional, durabilidade, custobenefício e alinhamento às normas vigentes, especialmente à Lei Federal nº 14.133/2021 e às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a adequada seleção de soluções públicas sustentáveis e vantajosas.
- 4.1. Descrição Técnica da Solução Adotada
- a) Secretaria Municipal de Saúde SEMUS

A solução técnica adotada contempla a aquisição de 02 (duas) ambulâncias tipo A – simples remoção, carroceria tipo pick-up adaptada, devidamente equipadas e certificadas conforme as normas da ANVISA, INMETRO e CONTRAN, destinadas exclusivamente ao transporte de pacientes sem risco de vida, em deslocamentos intermunicipais ou intramunicipais, com conforto e segurança.

Esses veículos deverão possuir:

- Cabine isolada e adaptada, com revestimento interno lavável, climatização e iluminação adequada;
- Equipamentos obrigatórios: maca retrátil, suporte de soro, banco para acompanhante, sistema de fixação de materiais, kit de primeiros socorros e sinalização de emergência (luzes e sirene);
- Estrutura veicular reforçada, motor com potência compatível com o transporte de pacientes e equipamentos, e autonomia operacional adequada às longas distâncias do território municipal;
- Garantia mínima de 12 (doze) meses e assistência técnica nacional.

A adoção dessa solução permitirá à SEMUS modernizar a frota de transporte sanitário, garantindo atendimento humanizado, ágil e contínuo à população, além de reduzir custos de manutenção corretiva e riscos de indisponibilidade de veículos em situações emergenciais.

b) Secretaria Municipal de Administração e Finanças – SEMAF

A solução técnica proposta prevê a aquisição de 02 (duas) motocicletas zero quilômetro, com cilindrada mínima de 149 cc, destinadas a serviços administrativos e logísticos, como deslocamentos externos, entrega de documentos oficiais, vistorias, diligências e apoio técnico a outras secretarias municipais.

As motocicletas deverão atender aos seguintes requisitos:

- Motor de baixo consumo e baixo custo de manutenção;
- Sistema de freios eficientes (preferencialmente ABS);



- Capacidade de transporte leve de pequenos volumes;
- Veículos devidamente licenciados e emplacados, com garantia mínima de 12 (doze) meses.

Com isso, a SEMAF passará a dispor de meio de transporte ágil, econômico e sustentável, reduzindo o tempo de resposta administrativa e os custos com deslocamentos realizados por veículos maiores, promovendo melhor eficiência no uso dos recursos públicos.

4.2. Justificativa Técnica da Escolha da Solução

A opção pela aquisição de veículos novos baseia-se em critérios técnicos que evidenciam sua superioridade operacional e funcional frente às alternativas avaliadas (locação, manutenção da frota existente ou terceirização de serviços), a saber:

- 1. Conformidade técnica e legal: a solução atende integralmente às normas da ANVISA, do CONTRAN e do INMETRO, garantindo segurança, conforto e desempenho adequados às atividades finalísticas das secretarias envolvidas.
- 2. Eficiência e confiabilidade: veículos novos proporcionam maior durabilidade e menor índice de falhas, assegurando a continuidade dos serviços públicos essenciais, sobretudo na área da saúde.
- 3. Padronização da frota: a aquisição permite uniformizar a frota municipal, facilitando a gestão, a manutenção preventiva e o controle patrimonial.
- 4. Sustentabilidade: veículos modernos tendem a ser mais econômicos e menos poluentes, contribuindo para a redução do impacto ambiental e para o cumprimento das metas de sustentabilidade da Administração.
- 5. Autonomia operacional: elimina a dependência de contratos de locação e eventuais indisponibilidades logísticas, conferindo maior autonomia e controle à gestão municipal.

4.3. Justificativa Econômica da Escolha da Solução

A decisão administrativa foi igualmente respaldada por análise econômica que demonstra a vantajosidade financeira da aquisição em relação às demais alternativas disponíveis no mercado. Entre os principais fundamentos:

- 1. Custo de propriedade inferior ao custo de locação: estudos comparativos realizados com base em editais similares publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) evidenciam que a locação de ambulâncias ou motocicletas, em médio prazo (acima de 18 meses), apresenta custo total superior ao da aquisição definitiva, sem gerar patrimônio ao Município.
- 2. Redução de custos com manutenção e combustível: veículos novos demandam menor manutenção corretiva e apresentam melhor eficiência energética, o que representa economia direta aos cofres públicos.
- 3. Prolongada vida útil e valorização patrimonial: a aquisição garante longevidade operacional e incorpora bens duráveis ao patrimônio municipal, gerando retorno social e financeiro ao longo dos anos de uso.
- 4. Previsibilidade orçamentária e gestão fiscal responsável: a aquisição via Sistema de Registro de Preços (SRP) permite planejamento financeiro escalonado, com aquisição conforme disponibilidade orçamentária e real necessidade, evitando imobilização de recursos de forma imediata.



4.4. Conclusão da Escolha da Solução

Diante das análises técnicas e econômicas empreendidas, conclui-se que a aquisição direta de veículos novos, via pregão eletrônico para registro de preços, é a solução mais vantajosa e racional, pois:

- Atende plenamente às necessidades operacionais das Secretarias demandantes;
- Respeita os princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e planejamento;
- Garante o pleno funcionamento e a continuidade dos serviços públicos essenciais, sobretudo na área da saúde;
- Moderniza a frota municipal, reforçando a capacidade logística e administrativa do Poder Executivo.

Assim, a solução eleita traduz-se não apenas em uma decisão de compra, mas em uma ação estratégica de gestão pública, voltada à melhoria da infraestrutura municipal, ao aprimoramento do atendimento à população e à consolidação de uma administração moderna, eficiente e orientada para resultados — em estrita observância aos preceitos da Lei nº 14.133/2021 e às boas práticas de governança pública.

7. Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala*.

7.1. 5. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas, com Memórias de Cálculo e Documentos de Suporte (considerando interdependências e economia de escala)

Resumo das quantidades

02 (duas) ambulâncias tipo A – simples remoção, modelo pick-up adaptada, para a SEMUS.

02 (duas) motocicletas zero km, para a SEMAF.

Base de suporte no processo

O edital deverá definir o objeto (2 ambulâncias + 2 motocicletas) e a realização em dois lotes com um item cada; aponta ainda o SRP como regime, permitindo aquisição conforme disponibilidade orçamentária e necessidade, o que é relevante para dimensionamento e escala.

Justifica o uso do Registro de Preços pela inexistência de recurso imediato e pela possibilidade de aquisição futura (recursos próprios ou emenda), reforçando a estratégia de planejamento e escala da demanda consolidada municipal.

7.1. Memória de cálculo – SEMUS (Ambulâncias tipo A)

Critérios utilizados (técnicos/operacionais):

- a) Cobertura de turnos e redundância mínima segura para transporte assistencial (remoções simples intra e intermunicipais).
- b) Disponibilidade operacional considerando janelas de manutenção preventiva/corretiva e tempo médio de atendimento.
- c) Território e vias (inclui áreas urbanas e estradas vicinais), justificando pick-up adaptada (robustez e ergonomia sanitária).



- d) Padronização com normas ANVISA/CONTRAN/INMETRO para transporte sanitário.
- 7.3. Memória de cálculo SEMAF (Motocicletas)

Critérios utilizados (logístico/administrativos):

- a) Atendimento simultâneo a diligências curtas e frequentes (protocolo, notificações, vistorias, apoio intersetorial).
- b) Substituição de uso ineficiente de veículos maiores (alto custo por km) em tarefas leves/urgentes.
- c) Reserva mínima para cobertura durante manutenção, evitando interrupções.

Conclusão SEMAF: 02 motocicletas garantem agilidade, autonomia e continuidade das diligências, com custo operacional inferior ao de automóveis em trajetos curtos, alinhado à racionalização do gasto público. O edital prevê 2 unidades, coerente com a matriz de uso e o ganho de eficiência.

7.4. Interdependências e economia de escala

Consolidação do objeto em um único processo (SRP) e em 2 lotes (saúde e administração) reduz custos transacionais, encurta prazos e potencializa descontos por escala junto ao mercado (disputa ampliada em pregão eletrônico)

O SRP permite aquisição conforme necessidade e orçamento, preservando a escala negociada e evitando fracionamentos posteriores, respeitando o planejamento e a disponibilidade financeira municipal.

7.5. Síntese

A estimativa de 02 ambulâncias (SEMUS) e 02 motocicletas (SEMAF) apoia-se em critérios de disponibilidade, redundância mínima segura e eficiência logística, com consolidação em SRP para economia de escala e planejamento financeiro. O arranjo em dois lotes fortalece a competição e viabiliza vantajosidade econômica, sem comprometer a aderência técnica às necessidades finalísticas de cada Secretaria.

- 8. Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação*.
- 8.1. A estimativa de custos foi realizada com base em pesquisas de mercado e contratos similares em outras prefeituras. Conforme pesquisa de mercado anexo I destes estudos técnicos preliminares.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
	AMBULÂNCIA TIPO A - SIMPLES REMOÇÃO, TIPO PICKUP;		
	CONFIGURAÇÕES DE ACORDO COM A PORTARIA GM/MS №		
	1.483 DE 1º DE JULHO DE 2021 e PORTARIA GM/MS Nº		
01	2048/2002: VEÍCULO ZERO KM. Ano/Modelo: 2025 em		
	diante; Motor: 04 cilindros em linha; Cilindrada total (cc),	Unidade	02
	aproximada: 1.368; Potência máxima aproximada: 85 CV,		
	quando movida a gasolina e 88 CV quando movida a etanol		
	(5.750 rpm, aproximado); Torque máximo aproximado: 12,4		
	quando movida a gasolina e 12,5 quando movida a etanol -		
	(3.500 rpm); Alimentação: Combustível gasolina/etanol (flex);		
	Capacidade do tanque de combustível 55 litros (aproximado);		
	Mecânica: Câmbio manual, 05 (cinco) marchas a frente e 01		



(uma) marcha ré: Direção Elétrica: Amortecedores dianteiros hidráulicos, telescópicos de duplo efeito; Amortecedores hidráulicos. telescópicos de duplo compensador de desgaste, com comando atuante nas rodas traseiras; Disco flutuante com pinça flutuante no sistema de freio dianteiro; Sistema de freio traseiro com regulagem automática de jogo e tambor com sapata autocentrante; Equipamentos Obrigatórios exigidos pelo CONTRAN E MS; Ar condicionado no compartimento do motorista; Vidros e travas elétricas; Características da Transformação: Cabine/Carroceria: Capota e Portas em fibra, c/revestimento interno em poliestireno lavável, c/ fechos interno e externo, resistentes e de aberturas de fácil acionamento. Altura interna do veículo deve ser de no mínimo 1,35. O pneu estepe não deve ser acondicionado no salão de atendimento; Sist. Elétrico: Original do veículo, c/ montagem de bateria de no mín 60 Ah do tipo sem manutenção, 12 volts; O Sist. elétrico dimensionado p/ o emprego simultâneo de todos os itens especificados do veículo e equipamentos, quer c/ a viatura em movimento quer estacionada, sem risco de sobrecarga no alternador, fiação ou disjuntores: Iluminação: Natural e Artificial: Sinalizador Frontal Principal do tipo barra linear ou em formato de arco ou similar, c/ módulo único e lente inteiriça ou múltiplas lentes, c/ compr. mín de 1.000 mm e máx de 1.300 mm, largura mín de 250 mm e máx de 500 mm e altura mín de 55 mm e máx de 110 mm, instalada no teto da cabine do veículo. Laudo que comprove o atendimento à norma SAE J575, SAE J595 e SAE J845, no que se refere aos ensaios contra vibração, umidade, poeira, corrosão, deformação e fotometria classe 1, p/ o Sinalizador Luminoso Frontal Principal; Sinalização acústica c/amplificador de potência mín de 100 W RMS @13,8 Vcc, mín de 3 tons distintos. Sist. de megafone c/ajuste de ganho e pressão sonora a 01 (um) metro de no mín100 dB @13,8 Vcc; Laudo que comprove o atendimento à norma SAE J1849, no que se refere a requisitos e diretrizes nos Sistema de sirenes eletrônicas c/ um único autofalante; A cabine deve ser c/ o Sist. original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica p/ ar Condic., ventilação, aquecedor e desembaçador; O compartimento do paciente, deve ser original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica um Sist. de Ar Condicionado. e ventilação nos termos do item 5.12 da NBR 14.561; Ventilador oscilante no teto; A Capac. térmica do Sist. de Ar Condicionado. do Compartimento traseiro deve ser de no mín 15.000 BTUs; Maca retrátil, em duralumínio; c/ no mín 1.800 mm de compr. Provida de Sist. De elevação do tronco do paciente de mín 45 graus e suportar peso mín de 100 kg. Com colchonete. Deverão ser apresentados: Autorização de Funcionamento de Empresa do Fabricante e Registro ou



Rubrica

Ensaio Standa distribu atendir posicio equipar às vítir em pl Acrilon espessu veículo bacteri balaúst no emb p/objet estingu externa similar de tra homolo	amento dos Produtos na Anvisa; Garantia de 24 meses. atendendo à norma ABNT NBR 14561/2000 e AMD d 004, feito por laboratório devidamente credenciado; A dição dos móveis e equipamentos no salão de nento deve rever: Dimensionar o espaço interno, visando nar, de forma acessível e prática, a maca, bancos, nentos e aparelhos a serem utilizados no atendimento nas; As paredes internas, piso e a divisória deverão ser estico reforçado c/ fibra de vidro laminadas ou strila Butadieno Estireno auto-estinguível, ambos c/ ara mín de 3mm, moldados conforme geometria do c/ a proteção antimicrobiana, tornando a superfície estática; Um suporte p/ soro e plasma; Um pega-mão ou res vertical, junto a porta traseira esquerda, p/ auxiliar arque c/acabamento na cor amarela. Armário superior os, na lateral direita, acima da maca, em ABS auto- vel ou compensado naval revestido interna e mente em material impermeável e lavável (fórmica ou ; Todos os acessórios devem atender o código nacional nsito principalmente quanto à segurança; Com gação (das adaptações) do RENAVAM junto ao RAN/PR da adaptação do veículo para ambulância, IMENTO DE TODAS AS NORMAS DA ABNT E dotados de		
	ULO DEVERÁ SER ENTREGUE COM ADESIVO COM		
	O A SER FORNECIDO PELA SECRETARIA COMPETENTE.		
	CICLETA - USO URBANO, COR: VERMELHA	11	0.3
Monoci de 14 Alimen traseiro tanque seco: m obrigat CONTR O veícu os doci do Pará	dindrico 4 tempos. Refrigeração a ar. Cilindrada: mínimo CC. Sistema de partida elétrico, 5 velocidades. Esção: Injeção eletrônica. Freios: Dianteiro disco e tambor. Combustível: Gasolina ou FLEX. Capacidade de combustível: mínimo de 15 litros. Painel digital. Peso ínimo 115 kg. Demais equipamentos e acessórios de uso ório e exigidos por leis, portarias e resoluções do AN, DETRAN, DENATRAN e demais órgãos reguladores. lo deverá ser entregue devidamente regularizado e com mentos em nome da Prefeitura Municipal de Concórdia de fábrica mínima de 36 meses, sem limite de Km.	Unidade	02

9. Justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável*.

9.1. A decisão quanto ao parcelamento da solução foi tomada com base em análise técnica e



econômica, em estrita observância ao disposto nos arts. 40 e 46 da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelecem que o parcelamento deve ser adotado sempre que técnica e economicamente viável, de forma a ampliar a competitividade, evitar a concentração de mercado e garantir a execução eficiente do objeto.

9.2. No presente caso, a Administração optou por não realizar o parcelamento em múltiplos certames, mas sim dividir a contratação em dois lotes distintos dentro de um mesmo procedimento licitatório, com vistas a compatibilizar eficiência administrativa, economicidade e adequação técnica.

a) Justificativa Técnica

A análise técnica demonstrou que os bens a serem adquiridos — ambulâncias tipo A e motocicletas — possuem finalidades, características e aplicações distintas, vinculadas a secretarias com naturezas operacionais diferentes (saúde e administração). Dessa forma, o parcelamento por lotes no mesmo certame assegura:

Adequação técnica entre o bem e sua destinação específica (ambulâncias para transporte sanitário e motocicletas para uso administrativo);

Facilidade de gestão contratual e fiscalização, uma vez que cada secretaria será responsável pela execução e controle do lote sob sua responsabilidade;

Uniformidade e compatibilidade técnica dentro de cada lote, evitando a fragmentação excessiva que poderia comprometer a padronização e a logística de manutenção da frota municipal.

Assim, a solução não deve ser fracionada em processos distintos, pois isso acarretaria aumento de custos administrativos, duplicidade de atos processuais e perda da economia de escala obtida pela unificação da disputa em um único pregão.

b) Justificativa Econômica

Sob o prisma econômico, a realização do pregão eletrônico em dois lotes dentro de um mesmo processo assegura:

Aproveitamento da economia de escala, reduzindo custos com publicidade, processamento e gestão contratual;

Maior atratividade aos fornecedores, já que permite a participação de empresas especializadas em cada tipo de veículo, sem restringir a competitividade;

Otimização dos recursos públicos, mediante obtenção de preços mais vantajosos pela concentração da disputa e da negociação em um único certame;

Redução de custos administrativos e de tempo, evitando a tramitação paralela de dois processos licitatórios distintos.

A análise de mercado demonstrou que os fornecedores de veículos automotores, de forma geral, trabalham com linhas de produtos distintas (automóveis e motocicletas), o que torna a estruturação por lotes independentes tecnicamente adequada e economicamente benéfica, sem prejuízo à competitividade.

c) Conclusão

Dessa forma, a solução adotada — pregão eletrônico para registro de preços, com dois lotes específicos — atende plenamente aos princípios da razoabilidade, economicidade, eficiência e vantajosidade, proporcionando à Administração:

Economia de escala e simplificação procedimental;



Competitividade ampliada, pela possibilidade de participação de fornecedores distintos em cada lote; Segurança técnica e administrativa, ao permitir a execução e fiscalização setorializada.

Portanto, não há justificativa técnica nem econômica para o fracionamento do objeto em processos separados, sendo o parcelamento por lotes dentro de um único certame a forma mais racional, eficiente e vantajosa para o alcance dos objetivos públicos desta contratação

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes.

10.1. Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que possam impactar ou ser impactadas por esta contratação.

11. Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão*.

11.1. Tendo em vista a faculdade que tem a Prefeitura para a elaboração do PCA, e, considerando a transição entre as Leis nº 8.666/93 e a Lei nº 14.133/21, optou-se pela sua elaboração no ano de 2025, para execução nos anos posteriores.

12. Resultados pretendidos em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável.

- 12.1. A presente contratação visa gerar resultados concretos de efetividade administrativa e social, além de promover o desenvolvimento nacional sustentável, em consonância com os arts. 11, 18 e 40 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com as diretrizes de responsabilidade social, ambiental e econômica previstas em regulamentos federais.
- 12.2. Resultados em termos de efetividade administrativa e social

A aquisição de 02 (duas) ambulâncias tipo A – simples remoção e 02 (duas) motocicletas zero quilômetro tem como resultados esperados:

Melhoria da efetividade dos serviços públicos essenciais, especialmente no transporte sanitário e nas atividades administrativas de apoio;

Aumento da capacidade de resposta da Secretaria Municipal de Saúde, reduzindo o tempo de deslocamento de pacientes e otimizando a rede de atenção básica e hospitalar;

Fortalecimento da gestão pública municipal, pela renovação da frota e pela redução dos custos de manutenção e de indisponibilidade de veículos;

Aprimoramento da eficiência administrativa da Prefeitura, assegurando maior agilidade, mobilidade e redução de tempo em diligências, vistorias e serviços intersetoriais;

Melhoria do atendimento à população, por meio da continuidade e qualidade dos serviços, alinhados aos princípios da eficiência e da economicidade.

Esses resultados reforçam o compromisso da Administração com a entrega de valor público e a satisfação do cidadão, especialmente nas áreas mais sensíveis, como a saúde e a gestão administrativa municipal.

12.3. Resultados em termos de desenvolvimento nacional sustentável



A contratação está estruturada de modo a estimular práticas sustentáveis e inclusivas, os quais estabelecem critérios de preferência e desempate voltados à promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Assim, pretende-se:

Estimular o desenvolvimento econômico local e regional, com prioridade para empresas estabelecidas no Estado do Pará e para empresas brasileiras, conforme previsto nos critérios de preferência da licitação.

Promover a igualdade de gênero e a inclusão social, incentivando a participação de fornecedores que desenvolvam ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, em conformidade com o Decreto nº 11.430/2023.

Fomentar a integridade corporativa e a governança ética, por meio da valorização de empresas que possuam programa de integridade (Decreto nº 12.304/2024)

Valorizar a inovação e a pesquisa tecnológica, conferindo preferência a empresas que invistam em pesquisa e desenvolvimento tecnológico nacional.

Estimular práticas de mitigação ambiental e neutralização de carbono, em observância à Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima).

12.4. Síntese dos resultados pretendidos

Portanto, o conjunto de resultados esperados pode ser sintetizado em dois eixos:

Efetividade administrativa: melhoria da gestão pública, aumento da eficiência logística e modernização da frota veicular;

Sustentabilidade e desenvolvimento nacional: estímulo à economia local, inclusão social, inovação tecnológica e práticas ambientais responsáveis.

Dessa forma, a contratação promove uma gestão pública moderna, responsável e orientada para resultados, que integra eficiência operacional, equidade social e sustentabilidade ambiental, reafirmando o compromisso da Prefeitura Municipal de Concórdia do Pará com o desenvolvimento equilibrado e duradouro do Município e da Nação.

- 13. Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.
- 13.1. Antes da celebração do contrato, a administração deverá designar servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, garantindo que possuam ou recebam capacitação adequada para desempenhar essas funções.

14. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento.

14.1. A execução da presente contratação — aquisição de 02 (duas) ambulâncias tipo A – simples remoção e 02 (duas) motocicletas zero quilômetro — envolve, ainda que de forma indireta, potenciais impactos ambientais decorrentes da produção, utilização e descarte dos veículos e de seus componentes. Em conformidade com a Lei nº 12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima) e os critérios de sustentabilidade. A Administração adota medidas preventivas e corretivas voltadas à mitigação desses efeitos.



14.2. Identificação dos possíveis impactos ambientais

Emissão de gases poluentes: durante o uso dos veículos, há emissão de dióxido de carbono (CO_2) e outros gases causadores do efeito estufa.

Geração de resíduos sólidos e líquidos: advindos da manutenção periódica, como troca de óleo, filtros, pneus e baterias.

Consumo de combustíveis fósseis: dependência de derivados de petróleo, com impacto direto sobre a matriz energética e a poluição atmosférica.

Descarte de componentes ao final da vida útil: peças metálicas, plásticas e eletrônicas podem causar contaminação do solo e da água se não forem destinadas corretamente.

14.3. Medidas de mitigação e tratamento adotadas

Aquisição sustentável: priorização de veículos com tecnologia flex, menor consumo de combustível e emissão controlada, observando os parâmetros do PROCONVE (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores).

Manutenção preventiva regular: para garantir eficiência energética e redução da emissão de poluentes, conforme recomendações do fabricante.

Destinação ambientalmente adequada dos resíduos: o edital prevê que as empresas fornecedoras e contratadas observem a logística reversa e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Gestão responsável de pneus, óleos e baterias: recolhimento e descarte por empresas credenciadas, conforme normas da Resolução CONAMA nº 416/2009 e demais regulamentos ambientais aplicáveis.

Promoção de boas práticas administrativas: incentivo à condução consciente e econômica, à otimização de rotas de deslocamento e à racionalização do uso da frota pública.

Critérios de sustentabilidade no processo licitatório: preferência para empresas que comprovem práticas de mitigação ambiental.

14.4. Síntese conclusiva

A contratação adota postura proativa e responsável frente às questões ambientais, buscando minimizar os impactos negativos associados ao ciclo de vida dos veículos e estimular práticas de sustentabilidade corporativa entre os fornecedores.

Com as medidas previstas — aquisição sustentável, gestão adequada de resíduos, manutenção preventiva e promoção da logística reversa —, espera-se não apenas neutralizar os efeitos adversos da frota, mas também contribuir para a consolidação de uma cultura institucional ambientalmente consciente, em conformidade com as metas do desenvolvimento nacional sustentável e com a Política Municipal de Meio Ambiente.

15. Declaração de viabilidade*

15.1. A contratação proposta é viável sob os aspectos técnico, operacional, orçamentário e jurídico. A solução atende plenamente às necessidades da administração, possui fornecedores no mercado com capacidade técnica para sua execução, e os custos estimados encontram-se dentro dos padrões de preços praticados por órgãos públicos.

15.2. A modalidade de registro de preços mostra-se adequada, permitindo aquisições conforme a



demanda e otimizando os recursos públicos.

16. Há necessidade de classificar os Estudos Preliminares como <u>sigiloso</u>, nos termos da Lei nº 12.527/2011? Caso negativo, estes Estudos Preliminares devem ser anexos do TR/PB.

16.1. ETP não sigiloso.

Concórdia do Pará/Pa, 29 de agosto de 2025.

JOSIMAR MENDES